

# Boletim Internacional



Ano VI n° 36 04.10.2006

## Renovado o compromisso com os AMI

Na conferência da FITIM sobre os Acordo Marco Internacionais que se realizou na Alemanha na semana passada, os afiliados da federação renovaram seu compromisso com esse instrumento de luta.

Os delegados à Conferência da FITIM sobre os Acordo Marco Internacionais prepararam uma lista de recomendações sobre a maneira de melhorar esses acordos e de como utilizá-los como um instrumento para o fortalecimento dos sindicatos nacionais e para ampliar a solidariedade internacional. Essa recomendações serão apresentadas ao Comitê Executivo da FITIM, em sua reunião de novembro.



Foi animado o debate na conferência

Os delegados debateram sobre a importância de utilizar os AMI para organizar ações de luta e sobre a necessidade de melhorar o apoio da solidariedade internacional, da formação sobre a aplicação dos AMI e da coordenação dessas ações no plano local, nacional e internacional.

O objetivo da conferência era analisar os atuais Acordos Marco e sua utilidade para melhorar os direitos dos trabalhadores e as condições de trabalho e as recomendações dos delegados serão discutidas no Comitê Executivo.

"A expectativa da FITIM, e de todos nós, é que os AMI sejam reconhecidos e respeitados no mundo inteiro independente da legislação nacional do país. Nós gostaríamos de ver os direitos trabalhistas fundamentais respeitados em todas as partes do mundo e eu acredito que os AMI sejam uma ferramenta para tornar isso uma realidade" disse Marcello Malentacchi, secretário geral da FITIM.

Fernando Lopes, secretário geral e Valter Sanches, secretário de Organização da CNM/CUT e representantes dos trabalhadores nas empresas Daimler Chrysler, Bosch e Arcelor Brasil, participaram do evento. Uma cópia das recomendações dos delegados encontra-se na página da FITIM (em inglês).

## Desafios metalúrgicos na integração

'Desafios e Perspectivas dos Sindicatos frente à Integração dos Novos Blocos Econômicos'

Alianças do setor metalúrgico com outros setores

Nos dias 21 e 22 de setembro, o escritório regional do México da Federação Internacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, a FITIM, realizou o encontro regional "Desafios e Perspectivas dos Sindicatos frente à Integração dos Novos Blocos Econômicos". Participaram os integrantes

do Grupo de trabalho da FITIM sobre o comércio do México, Brasil, Argentina, Colômbia, Peru, Curaçao, Honduras, Guatemala e República Dominicana.

A atividade é preparatória para uma reunião mais ampla que se realizará nos dias 12 a 14 de outubro em Port Elgin, Canadá denominada "Comércio, Emprego e Desenvolvimento : uma Estratégia para os Trabalhadores das Industrias Metalúrgicas", dirigida aos afiliados tanto da América do Sul quanto da América do Norte , ampliada com a presença da FITIM e dos sindicatos metalúrgicos IGMetall da Alemanha, CAW do Canadá, NUMSA da África do Sul, do IMF-JC do Japão, CO-Indústria da Dinamarca além da CNM do Brasil e da UOM da Argentina.

A CIOSL/ORIT e a FES de México também participaram deste evento que teve como objetivo avançar na elaboração das posições sindicais estratégicas sobre os acordos comerciais e de investimento, particularmente os TLC.



A ORIT apresentou duas análises, uma sobre os TLC e os Tratados Bilaterais de Investimento no plano mundial e outra sobre as empresas multinacionais e multilatinas do setor metalúrgico da região . Também se expôs a resolução do Comitê Executivo da ORIT sobre a Gerdau. A FES por sua parte analisou a relação entre o sindicalismo e outras organizações na sociedade civil.

Outras intervenções da [CNM CUT do Brasil \(Claudir Nespolo\)](#) e da UOM da Argentina (Francisco Gutiérrez) que assinalaram que frente ao "modelo único" da globalização neoliberal que avança nas distintas regiões periféricas deve-se fortalecer as uniões aduaneiras que criam instituições mais amplas e que ajudam à ação sindical.

O sindicalismo deve aproveitar os espaços de participação e consulta, servindo como exemplo o Mercosul onde o sindicalismo se preparou para ter uma presença ativa como os trabalhos realizados pela Comissão de Desenvolvimento produtivo da CCSCS,

sendo o setor metalúrgico o mais dinâmico nesse processo. Outro campo de trabalho constitui-se na dimensão multinacional das empresas do setor , o que faz perder o sentido um convenio nacional em uma empresa latinizada .

A intervenção da FES comparou o enfoque negativo (corporativo) que tem o sindicalismo metalúrgico frente a outros setores da sociedade com a imagem mais positiva das ongs, que na realidade expressam as classes medias liberais e que não tem mecanismos democráticos de decisão. A análise propôs o conceito de "cidadania sindical" que adiciona a democracia econômica ao processo de democracia política impulsionado pelas ongs.

Com base nesses elementos o documento final aprovou uma estratégia múltipla baseada na participação sindical em todos os fóruns governamentais que tratem das políticas relativas aos TLC/TBI e às multinacionais e no aumento do contato com outras organizações sindicais do ramo e com a ORIT para buscar convergências sobre o tema e integração na Aliança Social Continental (ASC) e outras instancias - entre elas a Cumbre dos Povos, para tratar da "globalização alternativa". (CIOSL/ORIT, 29.09.2006)

## Comércio, Emprego e Desenvolvimento

A CNM/CUT estará presente no seminário "Comércio, Emprego e Desenvolvimento : uma Estratégia para os Trabalhadores das Industrias Metalúrgicas" que a FITIM promoverá neste mês em Port Elgin, Canadá . Os nossos companheiros Fernando Lopes, Emilia Valente e Silvia Portella vão se juntar a delegados da UOM da Argentina, CAW do Canadá e AFL-CIO dos EUA. Participarão também companheiros do IGMetall da Alemanha, do NUMSA da África do Sul e do IMF-JC do Japão, do LO-Indústria da Dinamarca .

# Movimentos do Uruguai contra TLC com EUA

O debate político sobre um eventual TLC entre Uruguai e EUA sofreu uma mudança importante nas últimas semanas em função do posicionamento dos principais movimentos e organizações sociais do país contra o acordo.

A Comissão Nacional em Defesa da Soberania foi convocada pelos principais movimentos sociais do Uruguai – a central única de trabalhadores, PIT-CNT, a Federação de Cooperativas de Moradia, a Federação de Estudantes Universitários e a Organização Nacional de Aposentados e Pensionistas. A esta convocatória pública, somaram-se muitas organizações de bairro, ecologistas e estudantis, com o objetivo inicial de cobrir o vazio de informação oficial sobre as negociações que o governo lançará a partir do dia 2 de outubro, em Montevidéu, com representantes do governo dos EUA. Vários legisladores da Frente Ampla apoiaram a decisão dos movimentos sociais de começar a trabalhar em torno do tema do TLC, o que evidencia um forte debate interno no governo Tabaré Vázquez em relação a essa proposta.

Da parte das principais figuras o governo que defendem o TLC com os EUA – caso do ministro da Economia, Danilo Astori, e do da Indústria, Jorge Lepra -, a estratégia das últimas semanas foi a de não intervir em nenhum debate público sobre o TLC, não falando diretamente sobre o tema e não divulgando informações sobre os resultados dos grupos interministeriais que estão estudando os impactos de um acordo comercial deste tipo com os EUA. Neste sentido, o governo está sendo omissivo em prestar informação resultante do trabalho destes grupos, que mantêm seus informes em sigilo. Por isso, a primeira estratégia da Comissão em Defesa da Soberania é realizar uma campanha de informação sobre quais as implicações de um TLC com os EUA, seus efeitos sobre o Mercosul e os impactos sobre a produção de medicamentos, agricultura e setor de serviços públicos.

Nos dias 2 e 3 de outubro está prevista a reunião oficial das representações comerciais do Uruguai e dos EUA, quando ficará definido se as negociações bilaterais rumam para um TLC ou para um acordo comercial para aumentar as quotas de carne uruguaia que poderão ingressar nos EUA isentas de impostos. Para esses mesmos dias a Comissão Nacional em Defesa da Soberania programou sua entrada em cena em termos de mobilização. Suas primeiras assembleias plenárias decidiram convocar uma manifestação em frente ao local onde será realizado o encontro oficial. A convocação de comissões pluri-setoriais é clássica na história dos movimentos populares do Uruguai e foi muito efetiva na luta contra as privatizações na década de 90, promovendo referendos para derrubar leis neoliberais. Agora o desafio é qualitativamente diferente, já que esta campanha pela soberania e contra o TLC pode gerar uma mobilização massiva contra o primeiro governo de esquerda na história uruguaia.

O principal argumento dos movimentos que integram a Comissão é que rechaçar qualquer TLC e defender o Mercosul significa nada mais do que cumprir as promessas eleitorais que levaram a esquerda ao governo e defender aquilo que foi proposto pela Frente Ampla em seu caminho até o governo. Nesta primeira etapa a Comissão tem informado sobre os efeitos de outros Tratados de Livre Comércio que os EUA negociaram com países como México, Chile, Peru e Colômbia. Essa campanha de informação inclui debates e conferências em diversos pontos do país, em sindicatos, comitês políticos da Frente Ampla e cooperativas de moradia; em resumo, todos os núcleos-chave onde a militância social de base reproduz os conteúdos históricos da esquerda uruguaia. Na primeira atividade pública realizada no histórico auditório da Universidade da República, em Montevidéu, a Comissão convidou especialmente três legisladores da Frente Ampla: os senadores Alberto Couriel (independente) e Eduardo Lorier (Partido Comunista do Uruguai) e o deputado Roberto Conde (Partido Socialista).

Segundo Conde, “um acordo comercial com o formato TLC com os EUA não se adequa às necessidades de desenvolvimento do Uruguai, é contraproducente ao desenvolvimento do país, definição esta que foi aprovada em todos os âmbitos políticos da Frente Ampla; o último Congresso Nacional, o plenário nacional de dirigentes e reafirmado pela Mesa Política, seu órgão de condução política”. Para o deputado socialista, integrante da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, atualmente existe uma série de idéias que são constantemente repetidas pelos grandes meios de comunicação e que tentam dar uma visão ultra-negativa da conjuntura do Mercosul. Em primeiro lugar, a idéia de que existe um boom comercial entre Uruguai e EUA, e, em segundo, que os problemas do Mercosul devem-se à existência de um eixo Brasil-Argentina que deixa sob o mau

tempo os países menores, não resolvendo as assimetrias existentes entre eles, mas sim aprofundando-as.

Ainda segundo o parlamentar, "atualmente o principal sócio comercial do Uruguai não são os EUA, mas sim o Mercosul, que é quem absorve os produtos de maior valor agregado do Uruguai. E mesmo que o bloco esteja atualmente passando por um momento difícil, ainda assim é o nosso principal sócio comercial". A atual indefinição em relação a que acordo será discutido com os EUA "não pode ser mais mantida", defendeu. "É preciso dizer com toda a clareza e sem nenhum tipo de dúvida: se há TLC, não temos Mercosul, e se queremos Mercosul não podemos ter TLC".

### O debate no interior do governo

Os grupos de trabalho interministeriais criados por indicação do Poder Executivo para reunir a informação necessária para decidir o tipo de acordo comercial que será negociado com os EUA estão funcionando a partir de cinco eixos: propriedade intelectual, compras governamentais, serviços, bens e solução de controvérsias. Participam destes grupos funcionários de cinco ministérios: Pecuária, Agricultura e Pesca; Indústria e Energia; Relações Exteriores, Economia e Turismo.

Na semana passada, foram concluídos os estudos, a partir dos quais o Poder Executivo deve adotar uma definição baseando-se em um esquema de setores ganhadores e perdedores com o acordo comercial com os EUA. Até a semana passada, nenhum destes estudos ou informações havia sido divulgado, mas fontes do governo alinhadas a setores políticos que rechaçam a proposta do TLC asseguraram à Carta Maior que a maior incidência nos grupos de trabalho está ocorrendo por parte dos funcionários do Ministério da Economia, cujo titular, Danilo Astori, é o principal defensor do acordo.

Por outro lado, também existem vozes dentro do governo que, em uma escala técnica (além da política, como a expressa pelo deputado Conde), estão advertindo sobre os riscos de uma negociação comercial com os EUA. É o caso, por exemplo, da Direção da Propriedade Industrial, setor do Ministério da Indústria que se encarrega da estratégia temática dos direitos de propriedade intelectual. Também é o caso dos técnicos que intervêm nos grupos do trabalho em nome do Ministério da Pecuária, Agricultura e Pesca, cujo titular, José "Pepe" Mujica é um dos principais atores políticos contra o TLC.

Finalmente, outro aspecto que hoje está tendo um forte peso nos passos a seguir em matéria internacional por parte do governo é precisamente o marco regional. Por um lado, a presidência pró-tempore do Mercosul nas mãos do Brasil já deu vários passos concretos neste tema. Nos últimos dias de agosto, uma delegação do Itamaraty visitou o Uruguai e, diante dos principais ministros do governo, informou que o Brasil está disposto a acelerar os planos para tornar efetiva a decisão nº 54/04, do Conselho de Mercado Comum, que elimina a dupla cobrança da Tarifa Externa Comum, o que é considerado um passo-chave para corrigir as assimetrias dentro do bloco.

Por outro lado, no marco das atividades da XIV Cúpula dos Países Não-Alinhados, realizada recentemente em Havana, o atual presidente da Frente Ampla e ministro da Educação, Jorge Brovetto, manifestou à agência Prensa Latina uma série de críticas muito duras contra os TLCs impulsionados pelos EUA, definindo-os como absolutamente contrários à "soberania e desenvolvimento dos países latino-americanos". Decididamente, não será nada fácil desmentir tais afirmações caso os governantes uruguaios decidam iniciar o caminho do TLC. (Sebastián Valdomir )  
(*Carta Maior*, 26.09.2006)

## Brasil dá novo ânimo ao império Mittal

Com o aumento da demanda por aço, os baixos custos do país provarão ser mais atrativos

Apesar da longa e complicada batalha de Lakshmi Mittal neste ano para aquisição da Arcelor, uma luta que ele venceu aumentando sua oferta pela produtora de aço de Luxemburgo para US\$ 34 bilhões, ele provavelmente não teve muito tempo para pensar na precisa natureza das operações da Arcelor na América do Sul.

Agora que Mittal está se voltando para o planejamento sério do formato da Arcelor Mittal, a nova empresa resultante da fusão, ele quase certamente está dedicando muito tempo nas novas possibilidades que emergem para sua empresa nesta parte do mundo.

Sob o comando de Guy Dolle, o ex-executivo-chefe da Arcelor que deixou a nova empresa resultante, a Arcelor ampliou diligentemente suas operações no Brasil nos últimos três anos, se tornando no ano passado a maior produtora de aço do país.

**O fator chave para produzir aço no Brasil é seu baixo custo.**

Devido aos baixos salários e a abundância de oferta de minério de ferro de baixo custo, sai por cerca de US\$ 200 produzir uma tonelada de aço semi-acabado no Brasil, em comparação ao equivalente de US\$ 290 na China, US\$ 300 nos Estados Unidos, US\$ 320 no Japão e US\$ 330 na Alemanha.

Dos grandes países produtores de aço, os únicos locais onde os custos para produção de aço são mais baixos são na Índia e Ucrânia, onde o custo equivalente é de US\$ 170, e na Rússia, onde é US\$ 150.

Os custos explicam por que o Brasil se tornou um país importante nos últimos anos para produção de placas de aço semi-acabado e o envio delas do Brasil para outros países, como os da Europa Ocidental, Ásia ou Estados Unidos, para ser transformada em aço acabado por meio de operações de processamento especializadas que estão relativamente próximas dos clientes -por exemplo, na indústria automotiva.

Nas operações de aço de Mittal anteriores à aquisição da Arcelor, a América do Sul mal figurava em suas atividades de produção. Apesar da Mittal Steel, a companhia de aço existente de Mittal, produzir em quatro continentes, ela se concentrava na Europa, Estados Unidos, Ásia Central e África, com apenas atividade de produção no México.

"Enquanto Lakshmi Mittal considera o futuro da Arcelor Mittal, ele pode muito bem considerar as operações da Arcelor no Brasil como sendo uma das partes mais valiosas da empresa", disse Peter Marcus, sócio diretor da World Steel Dynamics, uma consultoria americana.

Nos planos que provavelmente serão considerados pela Arcelor Mittal nos próximos meses, a produção brasileira de aço da empresa poderá aumentar de cerca de 10 milhões de toneladas no ano passado para aproximadamente o dobro até 2013. Isto será resultado de uma série de iniciativas, incluindo uma nova siderúrgica perto de Vitória -onde fica a principal instalação da Arcelor Mittal no Brasil - e uma ampliação das atividades da empresa na produção de seções de aço longo no Brasil, seções que podem ser usadas, por exemplo, no setor de construção.

José Campos, um executivo brasileiro do setor de aço e ex-executivo da Arcelor que agora chefia as operações brasileiras da Arcelor Mittal e suas atividades de aço plano na América do Sul, também está considerando outros planos para acrescentar investimentos nas demais etapas do processo - como produção de aço em sofisticadas operações de enrolamento para uso em utensílios domésticos ou na indústria automotiva brasileira e dos países vizinhos.

Ele acha que a demanda de aço na América Latina (incluindo México), de cerca de 50 milhões de toneladas por ano, provavelmente crescerá anualmente cerca de 6% nos próximos cinco a seis anos.

Mas grande parte de qualquer nova capacidade de aço no Brasil quase provavelmente será desviada para a produção de placas, possivelmente para abastecer alguns dos centros produtores de aço mais caros da Arcelor Mittal na Europa Ocidental (particularmente França e Luxemburgo). Nos próximos dois anos, parte destas instalações de produção poderão ser transformadas em "centros de acabamento" na produção de aço, mantendo suas operações de enrolamento ou processamento, mas com a produção de aço semi-acabado sendo virtualmente suspensas.

Campos disse que a demanda global por placas (uma parte importante do que Vitória atualmente produz) provavelmente aumentará de cerca de 35 milhões de toneladas neste ano para 54 milhões de toneladas em 2015. As operações da Arcelor Mittal no Brasil poderão ter um grande papel no atendimento desta demanda adicional e possivelmente também se transformará em uma parte altamente importante do grande império de aço de Mittal. (Peter Marsh) (Tradução para UOL : George El Khouri Andolfato) (*Financial Times*, 03.10.2006)